

## CONEXÕES LÉXICO-CULTURAIS EM MANUSCRITOS SETECENTISTAS

Vanessa Regina Duarte Xavier<sup>1</sup>

vrDXavier@gmail.com

“O homem como ser essencialmente social necessita de vários sistemas de linguagem seja para interagir com o mundo e com os seus semelhantes, seja para demarcar o seu espaço dentro da sociedade. A língua, dentre esses sistemas, ocupa uma posição de destaque, já que os outros sistemas sígnicos recorrem à linguagem verbal para se fazerem mais compreensíveis” (Justiniano; Isquierdo, 2005: 86).

**RESUMO:** Este artigo tenciona mostrar como a Lexicologia e a História se interseccionam, uma vez que o léxico carrega marcas sociais, ideológicas e culturais. Para tal fim, parece relevante evidenciar o papel da cultura e da sociedade na aquisição lexical dos falantes, assim como na categorização da realidade e nas transformações do léxico. Importa lembrar que alguns itens lexicais foram analisados de acordo com o contexto discursivo no qual se realizam e que atualiza os seus significados (Borba, 2003; Turazza, 1996). Diante disso, fez-se necessário descrever brevemente aspectos da temática abordada no *corpus*, composto por manuscritos goianos setecentistas, pertencentes ao “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)”, a fim de estabelecer um paralelo entre o repertório lexical nele empregado e a História, tacitamente narrada, com base em Palacín (2001) e Salles (1992).

**PALAVRAS-CHAVE:** Lexicologia; História; categorização; variação.

### PROPOSIÇÃO

Fundado no pressuposto de que os elementos sociais e culturais estão enraizados na estrutura lexical de qualquer língua, postula-se como meta geral deste estudo o debate sobre a aquisição, a categorização e a variação lexical, tomando como ponto de partida as experiências sociais e interacionais dos falantes, as quais estão inseridas na história de uma dada comunidade ou civilização. Para balizar as considerações a este respeito, decidiu-se pela contextualização histórica do material deste estudo, a saber, manuscritos goianos do século

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo – USP e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

XVIII, que constituem o “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)”.

Os fólhos que integram a pesquisa datam de 1751 a 1753 e somam um total de noventa e dois documentos, distribuídos do fólho 66 ao 139. Abordam temas diversos, tais como questões político-administrativas, jurídicas, sociais, culturais, étnicas e, sobretudo, econômicas da Capitania goiana durante o ciclo do ouro. Aventa-se que sejam cartas recebidas da Corte e transcritas no presente livro por pelo menos dois escribas que não assinavam, mas redigiam o nome do governador da Capitania referida ao final da maioria dos registros.

Face à temática do *corpus*, será possível analisar o seu componente lexical, visto que é o plano discursivo que delimita e autoriza a interpretação semântica dos signos linguísticos e potencializa o emprego destes em determinadas acepções. Acredita-se, portanto, que conexões entre o repertório lexical do *corpus* e o seu contexto discursivo são indispensáveis, haja vista que algumas peculiaridades da história podem ser reveladas através do estudo lexical de documentos do passado. Por seu turno, a Lexicologia é tributária às investigações da História, porque o léxico possui nuances sócio-culturais e, por essa razão, seu estudo não pode ser dissociado desta disciplina.

O primeiro tópico do trabalho explana sobre a aquisição lexical, a categorização do real e as variações lexicais, com respaldo em Turazza (1996), Carvalho (2009), Augusto (2006), Biderman (2001) e Barbosa (1981). O segundo focaliza a análise semântica de alguns itens lexicais, em consonância com a temática abordada no *corpus*, a partir das considerações de historiadores como Salles (1992) e Palacín (2001). Disso resulta um contraponto entre as informações fornecidas pelos historiadores e o que diz a documentação escrita da época através do repertório lexical nela empregado.

## **1. AQUISIÇÃO, CATEGORIZAÇÃO E VARIAÇÃO LEXICAL**

Turazza (1996: 73) pontua que a Lexicologia “tenta analisar, descrever, explicar e reduzir a modelos teóricos os fenômenos do universo lexical”. Neste ponto, é válido destacar que a presente investigação gira em torno de três questões centrais dos estudos lexicais, a saber, a aquisição, a categorização e a variação lexical. A abordagem de tais fenômenos passa pela sua descrição, ancorada na interação humana e, conseqüentemente, na vivência em sociedade e nos seus hábitos culturais. Desse modo, convém explicitar os posicionamentos

teóricos ora assumidos, que visam a elucidar alguns pontos de contato entre a Lexicologia e a História.

O léxico pode ser entendido como a totalidade das palavras de uma língua ou, em uma terminologia mais precisa, como o conjunto dos lexemas que constituem um determinado sistema linguístico. Trata-se, nesta perspectiva, de um acervo que existe como potencialidade, se o considerarmos em sua plenitude. Por outro lado, o léxico real, tomado como o repertório de lexemas que os falantes compreendem e utilizam nas situações de comunicação, é fragmentado e parcial, pois cada indivíduo assimila apenas uma parte do léxico disponível na sua comunidade linguística.

Assim sendo, a parcela do léxico apreendida inicialmente pelo indivíduo é aquela utilizada pelos seus pares, ou seja, pela sua comunidade de fala. Em decorrência disso, o falante se identifica com os demais membros do seu grupo devido ao uso de signos que lhes são comuns. Com isso, corrobora-se que a aquisição lexical se dá mediante a interação verbal dos falantes de uma mesma língua e que o seu escopo é justamente assegurar que esta se torne cada vez mais efetiva, sem *déficits* de compreensão. Contudo, faz-se necessário considerar que a instrução formal do indivíduo permite que ele assimile fragmentos outros do léxico, que não são utilizados por sua comunidade de fala mais imediata.

Isso não implica dizer que o léxico fixado pelo falante em sua memória é empregado concretamente por ele nos seus discursos, isto é, que ele integra o seu *léxico ativo*, tendo em vista que parte dele pode permanecer, por um tempo ilimitado, apenas no seu *léxico passivo*, sendo possível tão somente a sua compreensão em determinados contextos de uso. Compreende-se, portanto, a competência lexical do indivíduo como a junção dos léxicos ativo e passivo, i. e., como a capacidade que vai do entendimento à utilização de unidades lexicais na composição de enunciados.

Sumarizando e complementando o que foi exposto: “Existem tipos diferentes de léxico de acordo com a situação social, idade e instrução de cada falante. Assim o léxico é um processo contínuo de aquisição através de vocabulário ativo (de uso) e passivo (de compreensão)” (Carvalho, 2009: 41). Disso decorre que a aquisição do léxico é sempre parcial e contínua, porque novas unidades lexicais podem ser assimiladas pelo falante durante toda a sua vida, sem nunca atingir a totalidade do acervo lexical de uma língua.

O léxico é incorporado pelo indivíduo desde a sua infância e se deposita em sua memória, sendo transmitido como uma herança, de geração em geração. Percebe-se, desse modo, que a aquisição lexical é perpassada pela interação social, já que sem esta não haveria a

perpetuação do léxico, da mesma forma que a interação humana realiza-se sobremaneira através do domínio de signos comuns.

Acresce-se a isso que a aquisição lexical só é possível devido à categorização do real, isto é, à representação da realidade através dos signos linguísticos. Logo, a conceituação do universo decorre das mediatizações do homem com o mundo, de modo que o falante o recorta, com vistas a estruturá-lo linguisticamente através de lexemas, que são armazenados na memória, onde ficam disponíveis para o uso.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a categorização lexical é um procedimento arbitrário, de modo geral, que se vincula ao modo como cada cultura interpreta a realidade à sua volta, resultando em designações variadas de um mesmo referente nas diversas línguas existentes e, inclusive, no interior de uma mesma língua, distinguindo-se de uma comunidade de fala para outra. Em outras palavras,

todo sistema linguístico manifesta, tanto no seu léxico como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicas dessa língua e da cultura com que ela se conjuga. Isso significa que cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas (Biderman, 1998: 93).

Desta feita, o léxico não é a cópia exata da realidade, mas a sua representação através de uma visão de mundo. À esteira de Barbosa (1981: 21), a categorização lexical cria um “universo referencial”, que organiza o universo semiológico ao codificar o mundo natural e cultural. Dito de outro modo, os homens codificam o seu universo através de atividades cognitivas, ou seja, com base na percepção humana. Nesse sentido, a autora (1981: 13) destaca, dentre outras finalidades dos sistemas semióticos, a de “permitir a mais adequada integração do homem ao meio em que vive”, concebendo a língua como a principal ferramenta de conhecimento da realidade.

Sabendo-se que é a partir da nomeação da realidade que o homem reconhece o que está no seu entorno, cabe salientar que a categorização lexical tem o intuito de viabilizar a interação do homem com os seus pares e a sua atuação sobre a realidade, possibilitando a vida em comunidade. Por essa razão, o léxico é considerado o domínio da língua que mais se aproxima da realidade extralinguística, porque tem como objetivo expressar a cultura de modo a favorecer a interação social, o que se coaduna com a constatação de Carvalho (2009: 33), a seguir: “O acervo lexical, nomeando o mundo exterior, reflete a cultura da sociedade à qual serve de meio de expressão”.

Depreende-se, então, que o homem identifica os elementos da realidade através dos códigos por ele elaborados, ao passo em que é pelo uso destes identificado cultural e socialmente. Nessa concepção, os signos linguísticos refletem a visão de mundo de uma determinada comunidade e, por isso, possuem um caráter acentuadamente social, cultural e histórico. Por seu turno, o uso de um determinado repertório lexical também se liga às posições ideológicas assumidas por um grupo social.

De acordo com Turazza (1996: 77), “as lexias da classe de designação são as que representam os referentes antro-po-sócio-culturais, geradores e refletores da visão de mundo do grupo”. Quer isto dizer que as palavras chamadas lexicais ou, na expressão usada pelo autor, “da classe de designação” estão mais propensas à identificação sócio-cultural da comunidade, pois seus referentes são facilmente reconhecidos no mundo natural e cultural.

Nesta perspectiva, o léxico é um conjunto referencial, que abarca as denominações de uma língua, instituídas pelo homem para a representação dos elementos do universo, com vistas à sua apropriação. Em suma, tudo o que existe recebe um nome, o qual é repassado de uma geração a outra, e que evoca um conceito enraizado no contexto em que é utilizado. Com o passar do tempo, tanto as nomeações, quanto os seus significados podem sofrer alterações, reformulando o léxico existente.

Sendo o signo cultural e ideológico, como se preconiza acima, é indiscutível a sua mutabilidade no eixo temporal, ajustando-se às transformações que ocorrem na esfera social. Assim, se o léxico precisa registrar a realidade, faz-se imprescindível que ele reflita as suas transformações. Resultado disso é que o léxico é reconhecido pela sua criatividade e flexibilidade, expandindo-se e retraindo-se com relativa constância, face aos novos referentes surgidos e aos que perderam sua funcionalidade. Isto posto, é indubitável que o léxico recebe influências do ambiente físico e social em que se realiza, visto que é sua função primordial a expressão da realidade que cerca o usuário da língua.

Portanto, na medida em que as diversas áreas do conhecimento avançam, o léxico, por sua vez, também sofre mudanças em sua estrutura, o que corrobora, mais uma vez e incontestavelmente, a influência da cultura nos contornos assumidos pelo léxico. Diante disso, Carvalho (2009: 19) assevera que “o léxico depende, em grande parte, da realidade exterior, não linguística”.

Vale ressaltar, todavia, que as variações lexicais são parciais e ocorrem lentamente. Em outras palavras, elas não atingem o acervo lexical integralmente, ocasionando o caos linguístico, como alguns poderiam pensar. Isso porque não há uma completa equivalência

entre o ritmo das transformações sociais e culturais e das variações no plano do léxico, haja vista que aquelas se dão rapidamente e de maneira mais profunda que estas. Como atesta a autora supracitada (2009: 21), “As mudanças políticas e culturais não causaram, nem causam transformações imediatas no sistema lexical”.

## 2. A HISTÓRIA MATIZADA NO LÉXICO DE MANUSCRITOS GOIANOS DO SÉCULO XVIII

Em consonância com a assertiva de Carvalho (2009: 36) de que “Partindo do estudo do léxico pode-se explicar a vida de uma sociedade”, decidiu-se por descrever brevemente alguns assuntos tematizados no *corpus*, com base nas lexias nele encontradas, abordando aspectos administrativos, econômicos, sociais, religiosos etc. da Capitania de Vila Boa de Goiás, atual Cidade de Goiás. Pretende-se, com isso, evidenciar a fusão entre léxico e história na presente investigação, uma vez que as lexias remetem a informações que compete à História detalhar. De sua parte, a História pode se valer do estudo lexical realizado para esclarecer aspectos da formação de Goiás ainda não revelados.

Borba (2003: 139) diz que “o signo, isolado, é opaco, só se tornando transparente quando inserido num contexto”. Considerando-se que é o contexto discursivo que delimita a acepção em que o item foi empregado no *corpus*, extraíram-se dele algumas lexias, que pertencem ao vocabulário fundamental da língua portuguesa, conquanto apresentem significados incomuns ou restritos a uma dada terminologia no material em estudo.

Cumprir assinalar que o discurso é o lugar de realização dos lexemas, onde eles se individualizam semanticamente, pois ele seleciona e atualiza uma parte dos seus significados globais, virtualmente disponíveis. Nessa abordagem, é a lexia a manifestação discursiva do lexema, concebido como uma unidade abstrata da língua (Biderman, 2001). Os sentidos que uma lexia apresenta são, por natureza, fugidios e vagos e somente podem ser precisados no contexto da enunciação, tal como observa Turazza (1996: 77): “O uso de uma lexia em diferentes universos de discurso, lugar onde se dará a precisão de seu significado, permite que se observe que certos traços sejam enfatizados e outros não”.

Passa-se agora à análise de uma amostra de vinte lexias, que revelam alguns dos assuntos abordados no *corpus*. São elas: *administrado*, *administrador*, *arraial*, *assento*, *bandeira*, *boleto*, *bula*, *caixão*, *campanha*, *cidade*, *comarca*, *continente*, *cota*, *devassa*, *dízimo*, *ensaíar*, *mapa*, *onça*, *pedreiro* e *vassalo*. Foram escolhidos os itens que melhor evidenciam o contexto sócio-cultural tematizado nos documentos e que, em geral, apresentam

acepções corriqueiras bem distintas nos dias atuais. De outra parte, lexias que mantêm as acepções atestadas no *corpus* também foram selecionadas, de modo a ilustrar a conservação semântica de algumas lexias na atualidade e não apenas a variação.

O uso da lexia *administrado* no enunciado “entregando todos os Índios manços *que* atitulo deadministrado | tivesse em seu poder” (87r.) mostra que os índios menos ferozes eram capturados pelos moradores da Capitania goiana e mantidos em cativeiro. Desse modo, o item lexical referido é um eufemismo da escravização indígena, que se fazia recorrente, a despeito da proibição da Coroa, como prova o fragmento a seguir: “[a gue]]rra ofensiva (...) por nenhua razaõ lheera permittida sem | *que* fosse por expressa ordem deVossaMagestade, semaqual taó bem naó | poderiaconvir em nenhuacasta decaptiveyro” (136r.).

Portanto, a “guerra ofensiva” aos índios e o seu jugo aos cativeiros somente poderiam ser permitidos por uma ordem expressa da Corte Portuguesa. Entretanto, a cobiça pelas terras dos índios e pela mão-de-obra escrava levou os moradores a contratar coronéis como Antônio Pires de Campos, Antônio Gomes Leyte e Wenceslau Gomes da Silva, que sob o pretexto de pacificar e aldear os índios, promoveram verdadeiros genocídios indígenas.

Salles (1992) pontua que a “administração” dos índios aprisionados em guerra justa era permitida pela Coroa Portuguesa, contudo era condicionada ao tratamento pacífico do índio e à remuneração do seu trabalho, o que, entretanto, não acontecia na prática, uma vez que os índios eram domesticados para a exploração do seu trabalho, sem qualquer lucro financeiro. É o que corrobora a seguinte assertiva da autora a respeito dos índios: “à semelhança dos africanos, foram largamente empregados no serviço das minas, na agricultura e nos trabalhos domésticos” (Salles, 1992: 226).

Por outro prisma, percebe-se no *corpus* o uso do signo *administrador* sem a conotação observada no item *administrado*, analisado acima, conforme demonstra o excerto “Administrador doContracto dos Dizimos” (105v.). O *administrador* de que tratam os documentos era o profissional que gerenciava os contratos de cobrança de impostos, como os dízimos e as entradas, porque os contratadores que os arremataram em geral residiam no Rio de Janeiro. Era também quem administrava as fazendas e demais cabedais para outrem.

Nota-se, assim, que o emprego do item na acepção de “O que administra” (Moraes Silva, 1813: 43) ou de “Pessoa que tem a seu cargo a administração de bens e serviços públicos ou particulares” (Ferreira, 2004) permanece na atualidade, enquanto o uso da lexia *administrado*, no primeiro sentido assinalado, limitou-se ao contexto específico da ocupação do território goiano durante o período colonial brasileiro.

Outro vocábulo cujo sentido é determinado pelo contexto da formação da sociedade goiana, em função da descoberta e da extração de minerais preciosos, é *arraial*, como comprova a sua definição a seguir: “Povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, como a lavra de minérios, ou de metais raros, etc.” (Ferreira, 2004). Assim é que a Capitania goiana era constituída por vários arraiais, ou seja, pequenas povoações surgidas nas regiões em que minerais preciosos foram descobertos, como os Arraiais da Meia Ponte, de São Félix, da Natividade etc. Esse foi o tipo mais comum de fixação populacional na região neste período.

Alguns arraiais assumiram, com o tempo, outros *status*, como o de vila e cidade, devido à sua extensão populacional. É o caso do Arraial de Santana, formado às margens do Rio Vermelho e elevado à categoria de vila, em 1739, pelo Conde de Sarzedas, recebendo o nome de Vila Boa de Goiás. Foram poucas as cidades mencionadas no *corpus*, sendo elas a Cidade da Bahia e a de São Paulo. Bluteau (1712-1728: 309) define *cidade* como a “cabeça de hum Reyno, ou de huma Provincia”, isto é, o núcleo populacional principal de uma província. Para Moraes Silva (1813: 395), *cidade* era a “Povoação de graduação superior ás Villas”. A Vila de São Paulo foi elevada à categoria de cidade em 1711.

O signo *assento* é usado no *corpus* com a acepção de “Determinação, resolução sobre coisa disputada, controversa” (Moraes Silva, 1813: 209), no seguinte contexto: “ordeney ao Provedor da l Fazenda que (...) se lhe pozesse cotta l á margem dos acentos em que se declarasse que por aquella Culpa se não pode l ria proceder contra ellas a prizaó” (104r.). Possui, portanto, um uso mais restrito à terminologia jurídica.

O emprego do item referido demonstra que havia na Capitania goiana “um profundo respeito à ordem legal e aos direitos do indivíduo”, segundo pontua Palacín (2001: 116), pois as sentenças eram pronunciadas em conformidade com as provas obtidas, as penas eram previstas por lei e os condenados tinham direito a recurso.

No que respeita à lexia *bandeira*, vale ressaltar que o seu uso nos documentos distingue-se bastante da acepção encontrada no vocabulário fundamental do português, o que pode ser verificado nas duas ocorrências disponibilizadas a seguir: “humaBandeyra dehomens foragidos” (71r.); “elle poria humaBandeyra a suacusta que pudesse rezistir ao mes l mo Gentio” (87v.). A definição de Moraes Silva (1813: 258) contém, de modo geral, as acepções observadas acima: “companhia, de algum Official, que a tem. (...) Bandeiras, no Brasil, e Minas, são associações de homens, que vão pelos Sertões debaixo de um cabeça, descobrir terras mineiras. Dantes chamavão assim os que ião descobrir Indios gentios, e conduzí-los, ou

cativá-los, resgatá-los”.

No primeiro exemplo, *bandeira* refere-se a uma associação de homens com um objetivo comum, no caso em questão, roubar o quinto e, no segundo, a uma companhia de militares sob o comando de um oficial, ou, ainda, a uma reunião de homens para a captura de índios. O item lexical em análise revela, portanto, que os fugitivos da prisão se organizavam em companhias, geralmente sob a liderança de um capitão, para efetuar roubos.

A esse respeito, convém dizer que os principais delitos cometidos na Capitania se relacionavam com a lesão de patrimônio. Já o segundo caso remete à contratação, por parte da população da Capitania, de um coronel ou capitão que tivesse uma bandeira capaz de proceder ao cativo e extermínio dos índios.

A lexia *boleto*, por sua vez, é usada na seguinte acepção: “He hum escrito, que dão aos soldados, para os Paisanos os accomodarem em suas casas, com obrigação de lhe darem de comer” (Bluteau, 1712-1728: 143). Ela mostra a ausência de quartéis na Capitania goiana, que servissem de moradia aos soldados, os quais eram provenientes de outras regiões do país. A saída encontrada pelo governo foi obrigar a população a abrigar os soldados em suas casas, dando-lhes inclusive comida, o que resultou em uma grande insatisfação popular.

Quanto ao item lexical *bula*, no exemplo “OProcurador daBulla daSanta Cruzada” (105v.), é preciso dizer que ele refere-se à dispensa de certos encargos aos cristãos que dessem uma contribuição ao clero, com o fito de financiar as Cruzadas. A lexia apresentou, desse modo, uma acepção restrita ao contexto religioso da época, como mostra a definição a seguir:

Letras Apostolicas despachadas na Corte de Roma, em que se contém alguma providencia sobre materias ecclesiasticas, ou graça espiritual, que S. Santidade concede (...) Búlla da Cruzada; pola qual se concedem indulgencias, e certas dispensas a quem der certa esmola para guerra contra os infiéis (Moraes Silva, 1813: 307).

O emprego da lexia *caixão* nos documentos pode causar um certo estranhamento ao leitor, uma vez que o seu uso mais corriqueiro na atualidade é o de “Caixa comprida, geralmente de tampa abaulada, para depositar o corpo dos mortos e conduzi-los à sepultura; caixão de defunto, féretro, ataúde, esquife, tumba, urna funerária” (Ferreira, 2004). Apesar disso, o exemplo deles extraído, “dezaceis aRobas, nove marcos, huá oitava que seRemettem naprezenteconducta em oito cayxoens” (109r.), não deixa dúvida de que a acepção empregada foi a de uma caixa grande destinada ao acondicionamento de valores arrecadados na

Capitania, para serem remetidos à Casa dos Contos, no Rio de Janeiro.

Analisando o signo *campanha*, foi possível perceber que seu uso nos documentos mostrou-se bastante divergente da sua acepção no vocabulário fundamental do Português, qual seja: “Conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim determinado” (Ferreira, 2004). O trecho “humaLargaCampanha com innumeraveis Caminhos eatálhos” (82v.) mostra que o item *campanha* foi empregado no sentido de território ou campo extenso, conforme a definição de Bluteau (1712-1728).

Por seu turno, a lexia *capitania* representa o “Destructo dos que em se dividirão a principio as terras das Ilhas, e Conquistas” (Moraes Silva, 1813: 342), divisão esta que, neste caso, resultou da tentativa de organização política e administrativa do território brasileiro pelos portugueses, em razão da colonização aqui implantada. A Capitania possuía um governo próprio, com governador, ouvidor etc., conquanto submisso ao poder real, ou seja, à Coroa Portuguesa. Diante disso, a autonomia do então governador, o Conde Dom Marcos de Noronha, era limitada, porquanto ele devia prestar contas à Corte dos menores gastos e das inovações na lei, aguardando a sua aprovação.

Tendo sido considerada a povoação mais importante da região de Goiás, Vila Boa foi elevada à categoria de vila, seguindo uma determinação real de 1736, tornando-se o centro político e econômico da Capitania, que abrangia também os núcleos de Traíras, Meia Ponte e Crixás.

Quanto ao signo *comarca*, nota-se que o seu significado não sofreu mudanças nos dias atuais, pois continua sendo entendido como o território que possui uma mesma jurisdição. Mais especificamente, segundo a definição de Bluteau, “he hum certo numero de villas, cuja jurisdição tem os ministros a cabeça della, a qual he Cidade, ou Villa grande, & notavel, & nella reside o Corregedor, & Provedor de toda a Comarca” (1712-1728: 386). No caso em estudo, a *comarca* é composta por alguns arraiais e uma única vila, a qual serviu de residência às principais autoridades da Capitania goiana.

O emprego da lexia *continente* nos manuscritos analisados apresenta uma significativa distinção em relação às suas concepções basilares no vocabulário fundamental do Português de “Grande massa de terra cercada pelas águas oceânicas. 5.Cada uma das cinco grandes divisões da Terra: Europa, Ásia, África, América e Oceânia” (Ferreira, 2004), porquanto se refere à dilatada extensão da Capitania goiana, como mostra o fragmento: “empouco mais detrez mezes não seachava neste | Continente nemhuma so moeda” (79r.).

Convém notar o vocábulo *cota*, que demonstrou um uso peculiar dentro da

especialidade jurídica, como no enunciado “em consequencia dasobreditta Devassa se lhe pozesse cotta l á margem dos acentos” (104r.). A definição trazida por Bluteau (1712-1728: 589) elucida a acepção utilizada: “Cousa notada à margem de qualquer papel, livro impresso, ou manuscrito. Na Praxe Forense, cota he a declaração de alguma razão, ou são razoens breves, que fazem bem à justiça das partes, ou para pedir o Juiz alguma cousa, concernente ao feyto, ou autos”.

O outro exemplo aqui disponibilizado, “Contribua *para que* Lembre imporse l nesteGoverno cotta certa” (83r.), mostra o uso da lexia *cota* em mais uma acepção inusitada, vale dizer, como uma contribuição que a Coroa queria impor aos moradores em substituição ao quinto, mas que não foi aceita por eles, porque possivelmente ocasionaria a sua total falência. A definição encontrada em Ferreira (2004) explicita melhor o seu uso como “Quantia correspondente à contribuição de cada indivíduo de um grupo para certo fim”.

De outra parte, o item *devassa* apresenta no *corpus* a mesma significação encontrada no vocabulário fundamental do Português, ou seja, a de investigação de um delito, busca de provas e apuração das circunstâncias do crime, tal como no exemplo a seguir: “tirar huma l exacta deVassa, pordonde venha no Conhecimento, Se nas tais Guias houve l os fraudes *que* Se prezumem” (96v.).

No tangente à lexia *direito*, percebe-se nos manuscritos estudados o seu uso mais cotidiano de “O que é moralmente justo. (...) Justiça (...) recto, de probidade, desenganado” (Moraes Silva, 1813: 621), no trecho: “obteve sentença a seu favor (...) deyxando-lhe o direyto l salvo contra quem direyto fosse” (104v.). No entanto, o excerto “pagaram sempre l os Thezoureyros daBullaeste direyto” (105v.) dá mostras de uma acepção diversa da atual, como “Taxa alfandegária; imposto” (Ferreira, 2004).

Ressalta-se que o signo *dízimo* correspondia a um tributo pago ao governo goiano, equivalente a um décimo da produção agrícola e do rendimento da criação de animais. Inicialmente, era um imposto que beneficiava os religiosos, tendo sido posteriormente trocado pela cônica, que consistia em um valor fixo para o sustento dos religiosos. Atualmente, o *dízimo* voltou a ser uma quantia paga à igreja, equivalente, de modo geral, a um décimo do rendimento de cada fiel.

Em se tratando da lexia *ensaiar*, é necessário assinalar que ela possui um uso restrito a uma especialidade, como revela o sintagma “fabricantes *que* haõ defundir eensayar o ouro” (120r.). Se no vocabulário fundamental do Português está entre seus significados mais comuns o de “Repetir (uma ação) várias vezes a fim de exercitar-se ou tornar-se destre;

estudar; treinar” (Ferreira, 2004), o uso observado no exemplo acima corresponde melhor à definição trazida por Bluteau (1712-1728: 132) de “Examinar o ouro por ensaio, ou Ensaiar o ouro. Este ensaio se faz em balança julgandose os quilates que tem, por peso, depois de purificado no fogo”. Esta atividade está relacionada à fundição do ouro em barras, para o pagamento do quinto à Coroa.

O item lexical *mapa* possui uma acepção diferenciada no *corpus* como, no dizer de Ferreira (2004), “Lista descritiva; catálogo, relação”, no sintagma que segue: “Da mesma Relação e mappa consta distintamente o rendimento” (112r.). Desse modo, fica evidente que a receita da Capitania era indicada precisamente em valores como arrobas, onças, oitavas e grãos através de um mapa, que descrevia também a procedência da arrecadação, se de confiscos, tributos etc.

A lexia *onça* apresentou igualmente um sentido inusitado nos documentos, bastante distinto do seu emprego no português fundamental, que consiste em “Grande felino das montanhas do N. da Ásia (*Panthera uncia*), de pelagem lanosa, que lembra a da pantera” (Ferreira, 2004). Isso porque seu uso no *corpus* remete a uma unidade de pesagem do ouro em pó, sendo definida por Bluteau (1712-1728: 75) como “a oitava parte de hum marco, & cada onça tem oito oitavas, & cada oitava tem de grãos grandes quatro, & meyo, & de pequenos, setenta & dous, & c.”.

É digno de nota que o item *pedreiro* conservou nos dias atuais a mesma acepção encontrada nos documentos, a saber, de “Official, que trabalha em obra de pedra, e cal, em obras de Alvenaría, ou Cantaría” (Moraes Silva, 1813: 419), como é possível perceber no trecho a seguir: “mandey chamar os Mestres de Pedreyro eCarpinteiro mais Capazes que tem estaVilla” (72v.). De acordo com Salles (1992), profissões como as de mestres e oficiais, tais como sapateiros, alfaiates e pedreiros, eram consideradas mais dignas, porque eram operários mais especializados, embora fossem escassos.

Merece registro a lexia *vassalo* porque denota o regime político que vigorava em Goiás na época, isto é, a monarquia. O rei era a autoridade máxima tanto no território português, como no brasileiro, e os demais habitantes eram seus súditos, devendo-lhe submissão total.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu mostrar como a Lexicologia e a História estão imbricadas nos fenômenos da aquisição, da categorização e da variação lexical. Por isso, a base da descrição de cada uma destas questões assentou-se na interação social e nos hábitos culturais considerados historicamente. Disso depreende-se que a interação social e a aquisição lexical se pressupõem mutuamente, porque a língua é o meio mais eficaz de expressão da sociedade e da cultura. Ademais, através da categorização do real, o homem cria um universo referencial que lhe permite conhecer o universo natural e cultural e atuar sobre ele.

Sendo a categorização lexical decorrente de um processamento cognitivo da realidade, que passa pela percepção humana, os signos linguísticos usados pelo falante o identificam social e culturalmente. Some-se a isso que as categorias lexicais, enquanto representações mentais da realidade, também mudam ao passo que seus referentes mudam.

Além disso, o estudo lexical de documentos setecentistas requer a consideração do contexto histórico, político e social em que foram exarados, porque as acepções dos itens lexicais são por ele definidas e delimitadas. Para Augusto (2006), a análise do léxico não deve dissociar-se do contexto discursivo por ele gerado e do contexto sócio-cultural nele refletido, assim como do grupo que o utiliza. Assim é que várias lexias aqui analisadas, como é o caso de *boleto*, *bula*, *caixão*, *ensaiar* e *onça*, exigiriam interpretações diversas em outros contextos discursivos.

No entanto, embora as alterações do léxico sejam frequentes, há que se falar também dos elementos que foram nele conservados, passados mais de dois séculos da escrita dos documentos, como exemplificam as lexias *administrador*, *cidade*, *comarca*, *devassa*, *pedreiro* etc. Nesse sentido, é válido asseverar que é o plano discursivo que autoriza a interpretação dos signos linguísticos.

É forçoso reconhecer que se trata de um esboço de análise do *corpus* em uma perspectiva léxico-cultural, haja vista que tantas outras lexias foram nele inventariadas, vale dizer, cerca de mil e novecentas, entre verbos, substantivos e adjetivos, e também se prestam a uma análise de mesmo teor. Em ocasião oportuna, pretende-se disponibilizar o estudo completo da retração e/ou expansão semântica de cada item, em estreita conexão com o contexto discursivo no qual está inserido e, conseqüentemente, com a cultura e a História goiana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. 1724-1762. fólhos 66-139.
2. AUGUSTO, V. L. D. S. A linguagem criptológica dos “laranjas” no município de Foz do Iguaçu fronteira: Brasil - Paraguai - Argentina. In: MARTINS, E. S.; CANO, W. M.; MORAES FILHO, W. B. (Orgs.) *Léxico e morfofonologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 27-64.
3. BARBOSA, M. A. *Língua e discurso: contribuição aos estudos semântico-sintáticos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 1981.
4. BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: (teoria lexical e lingüística computacional)*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
5. BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 2. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 81-118.
6. BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
7. BORBA, F. S. O léxico. In: BORBA, F. S. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 21-156.
8. CARVALHO, N. Acervo lexical. In: CARVALHO, N. *Empréstimos lingüísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 19-44.
9. FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*. 3. ed. Positivo, 2004.
10. JUSTINIANO, A. L.; ISQUERDO, A. N. O vocabulário do homem ervateiro na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Revista Guavira Letras*, v. 2, n. 2, 2005. p. 81-98.
11. MORAES SILVA, A. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.
12. PALACÍN, L. *O século do ouro em Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. 4. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2001.
13. SALLES, G. V. F. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
14. TURAZZA, J. S. *Léxico e criatividade*. São Paulo: Plêiade, 1996.

**ABSTRACT:** This article will show how Lexicology and History intersect themselves, since the lexicon carries social, ideological and cultural marks. To this end, it seems relevant to highlight the role of culture and society in lexical acquisition of speakers, as well as in categorization of reality and in lexical changes. Its import to remember that some lexical items were analyzed according to discursive context in which those carry out themselves and that updates their meanings (Borba, 2003; Turazzi, 1996). Given this, it was necessary to describe briefly aspects of thematic to the *corpus*, consisting of goianos manuscripts of eighteenth century, belonging to the “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)”, in order to establish a parallel between lexical repertoire used and the History, implicitly narrated, based on Palacín (2001) and Salles (1992).

**KEYWORDS:** Lexicology; History; categorization; variation.

Recebido no dia 02 de junho de 2011.

Aceito para publicação no dia 29 de julho de 2011.